

ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2012 a Dezembro/2012

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE	EMPENHOS
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		DE CAIXA LÍQUIDA	NÃO LIQUIDADOS
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	(ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
Fonte:102003362-Convênio Pronasci Mulher - MJ Nº 074/08	-	3.821,97	-	-	690.633,87	-
Fonte:1020035 41-Convênio MJ Pronasci – Justiça Comum – MJ Nº 012/09	-	-	-	-	339.056,43	-
Fonte: 102003611-Convênio S.O.S PE PT 200- Termo de Compromisso Nº 0349/10	-	36.601,66	-	-	174.368,43	-
Fonte: 104003362-Convênio Pronasci -Mulher - MJ Nº 074/2008 (contrapartida TJ)	-	-	-	-	13.918,99	-
Fonte: 104003541-Convênio MJ Pronasci - Justiça Comun. - MJ Nº 012/2009 (contrapartida TJ) –	-	-	-	-	3.884,67	-
Fonte: 104070001-TJ –Custas Judiciais e Emolumentos	-	12.501.822,13	-	-	203.645.573,46	-
Fonte:104070002-TJ - Depósitos Judiciais	-	1.189.001,27	-	-	9.953.217,47	-
(Nota 1)		3.204,00			111.481,53	
Fonte:104070003-TJ - PECONSIG	-	-	-	-	18.314,87	-
Fonte:104070004-TJ – Recursos da Biblioteca	-	-	-	-	8.905.497,35	-
Fonte:104070005-TJ - Outras Arrecadações (Nota 1)						
TOT DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	13.734.451,03	-	-	223.855.947,07	-
Fonte: 101000000-Recursos Ordinários - Adm. Direta (Tesouro)	-	3.710.561,23	-	-	28.589.782,11	-
Fonte: 121000000- Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos (Nota 2)	-	-	-	-	1.526.321,12	-
TOT DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	-	3.710.561,23	-	-	30.116.103,23	-
TOTAL (III) = (I + II)	-	17.445.012,26	-	-	253.972.050,30	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	-	-	-	-	-	-

FONTE : Sistema e-Fisco Financeiro – Dados Provisórios – Diretoria de Contabilidade - Unidade Responsável. Recife, 28 de janeiro de 2013.

Nota1. Utilização dos recursos regulamentada através da Resolução TJPE nº 340/12 (DJe 06/09/12)

Nota2 . Nota Técnica nº 73/2011/CCONF/STN de 25/01/11.

Des. Jovaldo Nunes Gomes – Presidente

Leovegildo Lopes da Mota – Diretor Geral

Francisco José de Freitas Abreu Santos – Diretor Financeiro

Carleide Maria Bezerra – Diretora de Contabilidade – CRC-PE.019946/O

Wladimir Alves Gomes – Chefe da Controladoria

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: **JANEIRO /2012 a DEZEMBRO/2012**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Nota1)		
	(Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	(a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	883.166.943,50	-	
Pessoal Ativo	695.219.726,66	-	
Pessoal Inativo e Pensionistas (Nota2)	187.947.216,84	-	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (\$ 1º do art. 19 da LRF) (II)	(242.153.206,11)	-	
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (Indenizações e Restituições Trabalhistas) (Nota 3)	(103.334,34)	-	
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	(55.754.966,05)	-	
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(186.294.905,72)	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	641.013.737,39	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP (IV) = (III a + III b)	641.013.737,39		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	15.611.377.139,55
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	4,11
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) < 6% >	936.682.628,37
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) < 5,7% >	889.848.496,95

FO NTE: Sistema e-Fisco Financeiro – Dados Provisórios – Unidade Responsável - Diretoria de Contabilidade, Recife, 28/01/2013

Nota1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota2. As despesas com inativos e pensionistas, do Poder, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores do Estado de Pernambuco, são pagas pelo Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado - FUNAFIN, com recursos oriundos das contribuições previdenciárias dos servidores ativos, inativos, pensionistas e patronal dos ativos. Por ser o montante das referidas contribuições insuficiente para cobertura dessas despesas, o TJ complementa a diferença ao Fundo, através de Dotação Orçamentária Específica (DOE).

Nota3. Em que pese a descrição do item definido pela STN, o valor informado corresponde a Licença Prêmio paga em pecúnia, classificada no elemento de despesa 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas.

Nota. Modelo do Judiciário adequado ao padrão utilizado pelos demais Poderes, em virtude do Acórdão TCU - Plenário nº 2097/2011.

Des. Jovaldo Nunes Gomes

Presidente

Leovegildo Lopes da Mota

Diretor Geral

Francisco José de Freitas Abreu Santos

Diretor Financeiro